



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 26 DE
SETEMBRO DE 2019**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.....

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.....

Antes de se dar início ao primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada posse aos elementos presentes do Conselho Restrito de Segurança de Oliveira do Bairro e do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira do Bairro.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.....

O **Presidente da Câmara**, informou que, após um processo conturbado que levou ao cancelamento do contrato com a empresa de gestão de combustível, encontra-se já a decorrer novo procedimento concursal para execução das faixas de gestão de combustível em diferentes pontos do Concelho.....

O **Vereador António Mota**, procurou saber, pela última vez, se o Projeto da EM 596 será presente ao Executivo Municipal para aprovação.

Relativamente às cedências na E.M. 335, mais concretamente em relação à questão no Sobreiro de Bustos, alertou para o facto de se estar a iniciar o período de chuvas e a estrada irá ficar completamente esventrada.

Referiu que o Presidente da Câmara deverá ter atenção, ao que apelidou de bagunçada, que ocorreu



Oliveira do Bairro câmara municipal

na última Sessão da Assembleia Municipal, ao ponto de os Membros da Assembleia Municipal terem de fazer as intervenções que fizeram e que em nada dignificam, não só o seu Presidente, como também o Presidente da Câmara e os Membros daquela Assembleia.....

A este respeito, solicitou ao Presidente da Câmara que interviesse, para que deixassem de ocorrer os comentários desagradáveis que têm vindo a ser produzidos relativamente ao modo de funcionamento dos órgãos municipais, uma vez que, segundo um grande empresário do norte do país, a grande chave do sucesso passa por parar, ouvir e refletir e assim evitar o que se passou nas últimas reuniões.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, lembrou ter sido questionado na Assembleia Municipal, por parte da Bancada do PPD/PSD, no que respeita a competências para o ano de 2019, que já anteriormente tinham sido aprovadas em sede da Comunidade Intermunicipal, nomeadamente no âmbito da Justiça, se careciam de ser novamente aprovadas para o ano de 2020.

No que concerne aos incentivos à natalidade, referiu que apesar de Oliveira do Bairro não ser muito preocupante, contudo podem e devem ser acautelados esse tipo de incentivos, uma vez que as condições endógenas do Município são muito boas, nomeadamente ao nível de acessibilidades, Zonas Industriais, saúde, entre outras. Por outro lado, verificam-se algumas medidas específicas, como seja a redução de taxas de obras particulares, destinadas a casais jovens.

Sugeriu a elaboração de um Regulamento de Apoio e Incentivo à Natalidade, no qual se poderia, entre outras medidas, atribuir um determinado apoio monetário, consoante o número de filhos do casal e que poderia ser visto como dinamizador do próprio comércio local, uma vez que esse valor poderia ser sujeito a aquisição de bens ou serviços no comércio de Oliveira do Bairro. Outra medida sugerida passaria pelo reforço de Protocolos já estabelecidos com as Associações do Concelho, nomeadamente no que respeita à área do ATL, Creche, Jardim de Infância, cujos benefícios iriam apoiar fortemente os jovens casais do Município.

O **Vereador Rui Santos**, questionou se está prevista uma intervenção nos abrigos municipais e que servem a população escolar do Concelho.

Procurou saber se a distribuição do leite escolar está a decorrer com normalidade, já que recebeu algumas informações de que teria havido algum constrangimento nesta matéria.

Tendo tido a oportunidade de consultar o dossier respeitante à obra da EM 596, referiu que haveria alguns pontos que importava esclarecer, nomeadamente o facto de o projeto não ter sido submetido à apreciação do Executivo Municipal, tendo lembrado que a questão da legalidade desse procedimento foi colocada na Reunião em que a empreitada foi adjudicada, tendo o Presidente da Câmara informado que a aprovação do projeto, face ao valor, era da sua competência e por conseguinte nem seria necessário estar presente em Reunião do Executivo Municipal.

Disse não entender como é que uma obra numa via estruturante para o Concelho e que representa



Oliveira do Bairro câmara municipal

uma das grandes obras do atual Mandato, não tenha sido submetida a consulta pública à semelhança de outras, algumas delas de menor importância para o Municípes.

Acrescentou que, se tal consulta pública tivesse ocorrido, poderiam, certamente, ter sido ponderadas outras intervenções, para além das previstas e incorporadas no Projeto, nomeadamente ao nível da melhoria da circulação rodoviária e, principalmente, a segurança de peões e ciclistas em troços onde, por norma, sucedem acidentes, como seja, o troço entre o Rio Levira e a Solcer; a inexistência de uma passadeira de acesso à Escola Básica de Vila Verde e implementação efetiva de medidas de controlo de velocidade no local; a construção de estacionamento, passeio e ciclovia entre a Póvoa do Forno e Vila Verde, passando pela Zona Industrial e que seria uma consequência do que tem vindo a ser realizado ao nível das iniciativas de mobilidade sustentada e amiga do ambiente; adoção de medidas que previnam os acidentes que têm ocorrido no cruzamento do Porto Clérigo; elaboração de estudo de avaliação e adequabilidade das passadeiras existentes em todo o troço, com vista à segurança dos peões e de controlo de velocidade.....

Em face do que disse, entende que o projeto não responde às preocupações por si levantadas, sendo, do seu ponto de vista, uma empreitada que tão somente irá viabilizar algumas intervenções pontuais, longe da requalificação que aquela via exige, dado ser uma via estruturante para o Concelho, sujeita a grande intensidade de tráfego, motivos que justificam o seu voto contra.

Seguidamente, apresentou uma Proposta para apreciação e deliberação, referente à implementação de Medidas Municipais de Apoio à Natalidade, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais e que faz parte integrante da presente ata.

A **Vereadora Lília Águas**, informou estarem a decorrer algumas atividades gratuitas nos Museus do Concelho direcionadas para a população sénior e para a população infantil, uma vez que, mais uma vez, o Município se associou às Jornadas Europeias do Património.

Referiu ter ficado um pouco perplexa com as intervenções dos Vereadores Álvaro Ferreira e Rui Santos, uma vez que Oliveira do Bairro é um dos Municípios que tem muitos incentivos, não especificamente à natalidade, sendo que, ao contrário do que sucede em muitos Municípios do País, em Oliveira do Bairro a taxa de natalidade é acima da média do distrito e nacional, pelo que não se pode estar a olhar para as medidas de outros Municípios, mas antes, para as especificidades do Concelho de Oliveira do Bairro.

Lembrou que, ao nível da Ação Social existem medidas de apoio, nomeadamente ao arrendamento jovem, redução do pagamento das refeições escolares, no material escolar, bolsas de estudo, entendendo que estas são igualmente uma forma de fixar a população.

Relembrou igualmente a existência do Cartão+65, que proporciona uma redução na utilização de equipamentos públicos municipais.....

Assim sendo, da proposta apresentada pelo Vereador Rui Santos, resulta que em Oliveira do Bairro,



Oliveira do Bairro câmara municipal

apenas não existe é o incentivo financeiro que alguns Municípios do interior e desertificados atribuem ao casal dependendo do número de filhos.

Disse desconhecer a existência de qualquer problema na distribuição do leite escolar, uma vez que após a conclusão do respetivo procedimento concursal, o mesmo começou a ser imediatamente distribuído, sendo que, no presente ano, além do leite normal, é igualmente disponibilizado leite de soja, o leite achocolatado e ainda o leite vegetal para casos específicos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que as questões da Assembleia Municipal apenas dizem respeito àquele órgão autárquico, sendo que, não obstante toda a relação institucional que deve existir entre os dois órgãos, deve haver respeito entre os mesmos e da sua parte existe um enorme respeito pelo conjunto de pessoas que lidera aquele órgão e por aqueles que o representam.

No que respeita à EM596, lembrou que todo o Projeto se encontrava igualmente em Reunião de Câmara e foi aprovado uma vez que fazia parte integrante da Informação. Já em relação a algumas das questões levantadas pelo Vereador Rui Santos referiu que as mesmas se encontram contempladas no Projeto, nomeadamente o acesso à Escola de Vila Verde e à passadeira naquele local e ainda a regulação de trânsito na Póvoa do Forno por forma a aumentar a segurança dos transeuntes.

Ainda a este respeito e no que respeita à intervenção junto ao Levira, informou que a intervenção que terá de ser levada a efeito deverá incluir a respetiva ponte, sendo que, nada terá a ver com a empreitada de reabilitação da EM596.

Relativamente à EM335 e referindo-se essencialmente ao troço entre o Sobreiro e o centro da Palhaça, informou que, apesar de haver já muitas pessoas arrependidas pelo grande negócio que foi efetuado com a AdRA, uma das grandes preocupações do Executivo e que se transformaram em exigências foi que as supressões deveriam ser corrigidas rapidamente, tendo este mesmo assunto sido debatido em recente reunião havida com a AdRA, onde foi mencionado que a obra levada a efeito, em tempos, pela Autarquia e em particular na zona da Palhaça, teria provocado abatimentos em toda a sua extensão e, por conseguinte, deveria ser verificado se toda a estrutura deveria ser substituída, ou se seria necessário tão somente intervir na zona das caixas. Nessa mesma reunião solicitou que a análise fosse efetuada o mais rapidamente possível e, subsequentemente, que a obra fosse executada, tendo em atenção o estado daquela via.

Reportando-se à questão da descentralização, mencionou que aquelas deliberações em que a Câmara Municipal assumiu, estão assumidas, sendo que em relação às competências da CIRA reitera tudo o que disse na Reunião de Câmara onde o assunto foi discutido.

No que se refere aos abrigos, informou que alguns já foram objeto de intervenção e os restantes, quando estiverem estabilizadas as rotas dos transportes escolares, o Município irá considerar a colocação de mais abrigos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Álvaro Ferreira**, esclareceu que o PPD/PSD tem consciência de tudo o que o Município proporciona aos jovens nas mais diversas vertentes, contudo, neste caso em concreto, o que está em causa é a resposta à questão: até onde é que o Município quer ir?

Referiu não serem somente os Municípios do interior que aplicam este tipo de medidas, uma vez que, ainda recentemente o Município de Anadia aprovou cerca de 82.000,00 € (oitenta e dois mil euros) para apoiar casais jovens e ainda foi mais longe e comparticipa uma das vacinas que não se encontra no Plano Nacional de Saúde, sendo que, na sua opinião, esta, poderia ser uma linha que o Município de Oliveira do Bairro poderia seguir.....

O **Vereador António Mota**, no que respeita aos órgãos autárquicos, disse que a Câmara Municipal não deve interferir nos trabalhos da Assembleia Municipal e terá sido isso que aconteceu na última Assembleia Municipal em que, após tomada de decisão dos seus Membros e após uma intervenção do Presidente da Câmara, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ter seguido essas mesmas indicações e isso é algo que, na sua opinião, não deve acontecer.....

Em relação à EM596 disse que, se não fosse a intervenção da Vereadora Lília Ana Águas na Reunião de Câmara em que foi deliberado abrir o procedimento concursal, na qual chamou à atenção que na última linha da informação constava a referência aos documentos anexos, nomeadamente a Minuta de Contrato, os quais se referiam, não ao Projeto, mas sim ao procedimento concursal.....

Assim sendo, referiu que o Presidente da Câmara poderá realizar outro tipo de procedimento no futuro e, por conseguinte, parar, pensar, se tal não suceder, o PPD/PSD será obrigado a tomar uma posição, uma vez que o Presidente da Câmara não tem qualquer razão, tanto mais que, na Reunião de hoje, é apresentado um ante-projeto para ser apreciado e aprovado pela Câmara Municipal.....

A **Vereadora Lília Águas**, mencionou que todas as áreas que possuem uma componente social, são sempre medidas que não são estanques, sendo que as mesmas são tomadas de acordo com as políticas adotadas por cada Município e de acordo com a realidade de cada Município.....

Referiu, no entanto, que a Câmara Municipal não tem capacidade de chegar a todo o lado, de fazer tudo, contudo, é entendimento que, para proporcionar a fixação de casais o mais importante é o emprego, a qualidade dos estabelecimentos de ensino e outras atividades direcionadas para as crianças a que acresce os benefícios sociais que o Município já oferece. Considerou que estes aspetos são muito mais importantes do que uma simples compensação financeira a um casal.

Informou que as competências assumidas pelo Município, quer na área da Educação, quer na área da Justiça, foram assumidas para o ano de 2019, uma vez que ao ser assumidas considerou-se a sua retroatividade a janeiro de 2019 e por conseguinte já se encontram em execução, não tendo qualquer tipo de prazo para o término da assunção dessas novas responsabilidades. Assim sendo, explicou que, a partir do momento em que se assumem em 2019, não será necessário deliberar novamente para o ano de 2020.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Rui Santos**, esclareceu que os Municípios indicados na sua proposta, incluem o de Anadia, Cantanhede, Ílhavo e Mealhada.

No que respeita à obra da EM596, referiu que gostaria muito de estar enganado relativamente às preocupações que manifestou na sua intervenção e será o primeiro a pedir desculpa pelas suas palavras se as suas preocupações não se vierem a concretizar. Acrescentou que em projetos de grande importância para o Concelho, os Vereadores da Oposição deveriam ser chamados a participar mais ativamente.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 100 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – DOAÇÃO, PELA FREGUESIA DA PALHAÇA, DO PRÉDIO RÚSTICO ARTIGO 4486, SITO NO REBOLO, FREGUESIA DA PALHAÇA, CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO AO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – CENTRO DE SAÚDE – EXTENSÃO DA PALHAÇA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o presente assunto se reporta a algo que já se encontrava programado há muito tempo, mas que nunca tinha sido consumado, em matéria de saúde.

Atendendo que a Câmara Municipal pretende avançar com a construção da extensão de saúde na Palhaça, sendo que, para dar o passo seguinte, torna-se necessário que o terreno seja propriedade do Município e para o qual já existe acordo por parte da Junta de Freguesia da Palhaça.

No que respeita ao valor atribuído ao prédio, prende-se com uma valorização técnica efetuada pelos Serviços Municipais, uma vez que se torna necessário em sede de IMT.

O **Vereador António Mota**, referiu esperar que o procedimento em relação aos terrenos destinados ao Centro de Saúde da União de Freguesias, seja idêntico ao que se está a passar na Palhaça, não entendendo como é que é possível, num ato de gestão da Junta de Freguesia da Palhaça cederem um terreno, como o que está em causa, à Câmara Municipal, sem que nada haja em troca, ou potenciar algo em troca, nomeadamente no que respeita a uma eventual aquisição do terreno lateral ao Cemitério, pelo que conclui ter sido uma má negociação e um dano muito grave para a Freguesia da Palhaça provocado pelo seu executivo.....

Relembrou ter sido aprovado um Plano para aquela zona, que incluiu o tratamento de tráfego e que deveria ser, neste momento, implementado, uma vez que o que foi aprovado e não consta, não está sobreposto a este projeto, irá estrangular a sua localização, derivado dos problemas de acesso e de tráfego na Rua da ADREP, arruamento por onde se irá fazer parte do acesso. Assim sendo, na sua opinião, deveria ter sido elaborado novo Estudo relativo à circulação viária, considerando o arruamento que liga a nova extensão de saúde à EM333.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Reiterou que o presidente da Junta deveria repensar as contrapartidas que a Freguesia da Palhaça poderia receber relativamente ao terreno em causa, nomeadamente a aquisição por parte da Autarquia, do terreno junto ao cemitério.

Mais disse não concordar que a Câmara Municipal compre terrenos em todas as freguesias e a Freguesia da Palhaça terá de dar 7.000 (sete mil) metros de terreno, sem qualquer tipo de contrapartida, considerando injusto para aquela freguesia, sendo um ato de péssima gestão do seu gestor, o Presidente da Junta de Freguesia.

Referiu estar satisfeito pelo facto de o Presidente da Câmara ter conseguido um terreno na Freguesia da Palhaça para esta finalidade, o que não irá suceder na União de Freguesias.

O **Vereador Rui Santos**, congratulou o Executivo Municipal por ter dado este primeiro passo para a concretização de uma obra de extrema importância para a Freguesia da Palhaça, estando certo que a sua Junta de Freguesia e o Presidente da Câmara, posteriormente, pensarão numa forma de compensar aquela freguesia e assim evitar situações de desigualdade relativamente às restantes freguesias do Concelho.....

O **Presidente da Câmara**, informou que este projeto se adapta ao plano mencionado pelo Vereador António Mota, sendo que o projeto do Rebolo, inclui um acesso à rua principal, bem como o estacionamento e o arranjo urbanístico, daí ser enquadrável no Plano já aprovado.....

Disse não estar em causa prejudicar ou não prejudicar as freguesias, já que as aquisições de terrenos e os investimentos efetuados nas freguesias do Concelho são efetivamente concretizados, dando o exemplo de uma troca efetuada entre a Junta de Freguesia da Palhaça e a Câmara Municipal, no que aos terrenos da nova Feira diz respeito, pelo que considerou injustas as palavras dirigidas ao Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, uma vez que este, acautelou e bem, há muito tempo, esse mesmo equilíbrio.

No que se refere à avaliação, recordou que os referidos terrenos se encontram destinados a equipamentos de acordo com o PDM, não permitindo outro tipo de destino.

Mais disse que as aquisições de terrenos que são levadas a efeito por parte do Município, têm por base avaliações e no que respeita ao terreno na lateral do cemitério, informou que o respetivo proprietário pretende receber como se de um terreno de construção se estivesse a tratar, quando aquele não é de construção e por conseguinte foi apresentada uma Proposta ao proprietário de um valor correspondente a um terreno com aquelas características, contudo o mesmo não aceitou e é esse o motivo pelo qual a situação ainda não se encontra solucionada.

O **Vereador António Mota**, disse não estar contra a construção do equipamento, até porque foi propositadamente classificado como zona de equipamentos públicos junto ao cemitério, para o proprietário não pensar nos valores exagerados pelo qual pretende vender o mesmo, sendo certo que haverá falta de coragem política para dizer que em resultado da avaliação efetuada, sendo somente



Oliveira do Bairro câmara municipal

possível construir equipamentos públicos e não havendo acordo, avançar para a posse administrativa do terreno.

No que respeita à permuta dos terrenos da Feira, recordou que os mesmos tiveram como contrapartida o terreno destinado ao Polo Escolar, ou seja, a Câmara Municipal nunca saiu prejudicada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta n.º 100 – Mandato 2017/2021, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, aceitar, livre de quaisquer ónus ou encargos, a doação do prédio rústico artigo 4486, sito no Rebolo, freguesia da Palhaça, terra de cultura, com a área de 7.770m² (constante da matriz e do registo) e a área real de 6.101m², que confronta do norte com Largo da Feira da Palhaça e Rua Padre João Francisco Moreira, do sul com Rua da Feira, do nascente com Largo da Feira da Palhaça e do poente com Rua dos Emigrantes, descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira do Bairro com o número 4102, ao qual se atribui para efeitos fiscais o valor do VPT, ou seja 73.000,00€ (setenta e três mil euros).

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 101 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – RECRUTAMENTO DE TÉCNICO SUPERIOR POR TEMPO DETERMINADO – EDUCAÇÃO SOCIAL

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

A **Vereadora Lília Águas**, disse tratar-se da abertura de procedimento concursal para um técnico na área da Educação Social e cuja necessidade decorre da aprovação da Candidatura apresentada ao Fundo para o Asilo e Migração no montante de 61.609,35 € (sessenta e um mil seiscientos e nove euros e trinta e cinco centimos), a qual tem por objetivo a elaboração e implementação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes.

Mais disse que o Projeto será implementado por um período de 30 meses, sendo o procedimento aberto para um Contrato a Termo Resolutivo por esse mesmo período.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que esta situação vai de encontro à descentralização de competências na área dos migrantes, podendo ser um complemento que irá permitir ao Município receber essas mesmas competências.

O **Vereador António Mota**, deu os parabéns ao Executivo Municipal e em particular à Vereadora Lília Águas por não deixar escapar estes investimentos e cuja disponibilidade financeira é proporcionada pelo Estado Central às Autarquias para que estas possam iniciar um processo para resolver determinadas situações nesta área específica.

O **Vereador Rui Santos**, deu igualmente os parabéns pela iniciativa, sendo que, do seu ponto de



Oliveira do Bairro câmara municipal

vista, a informação apresentada encontra-se corretamente elaborada e justificada.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, a termo resolutivo certo, pelo período de 30 (trinta) meses, para posto de trabalho previsto e não ocupado no Mapa de Pessoal do Município de Oliveira do Bairro Carreira/Categoria de Técnico Superior, sem área definida, com formação superior em Educação Social.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 102 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – MOBILIDADE INTERCARREIRAS.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Presidente da Câmara**, informou tratar-se somente de uma consolidação de uma mobilidade intercarreiras, cuja funcionária se encontra afeta à área financeira e de acordo com os esclarecimentos obtidos pela área de Recursos Humanos e igualmente da área Jurídica junto da CCDDR-C, foi entendido que deve ser o órgão executivo a tomar a decisão.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a consolidação da mobilidade interna, na modalidade de mobilidade intercarreiras, na carreira e categoria de Assistente Técnico, com a 1.ª posição remuneratória carreira de Assistente Técnico, nível 5 da tabela remuneratória única, correspondente a 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos), com efeitos a 1 de outubro de 2019, da trabalhadora em funções públicas Cristina Marlene Batista Moreira, detentora de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.....

PONTO 5 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 24.2019|DOM PRESTADA PELA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DO ANTEPROJETO “CENTRO DE SAÚDE – EXTENSÃO DA PALHAÇA”.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, relembrou já ter abordado o presente assunto aquando da discussão da doação do terreno por parte da Junta de Freguesia da Palhaça à Câmara Municipal.

De igual forma referiu que no mês de junho se avançou com o Concurso para elaboração dos Projetos de Execução das duas Unidades de Saúde, quer na Palhaça, quer na União de Freguesias, sendo que, na Palhaça já se conhece a sua localização e na União das Freguesias, os terrenos que estão a ser negociados situam-se entre o Sobreiro e a Caneira junto ao arruamento principal, tendo essa localização sido dada a conhecer e auscultada a opinião do Presidente da Junta de Freguesia, do Dr.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Fernando Martins e da Comissão de Utentes.....

Desta forma e estando ambos os Projetos a serem desenvolvidos, é já apresentado o anteprojeto para a Construção da Extensão de Saúde da Palhaça, sendo que o relativo à União de Freguesias será apresentado assim que estiverem concluídas as negociações e adquiridos os correspondentes terrenos.

Informou que os equipamentos serão semelhantes em termos de dimensão e funcionalidade, por forma a proporcionar a melhor resposta quer aos utentes quer aos trabalhadores, estando ambos os projetos a serem acompanhados pelo Arquiteto da ARS.

Seguidamente foi efetuada uma breve apresentação do anteprojeto por parte da Técnica do Município, Eng.^a Patrícia Cunha.

O **Vereador Rui Santos**, disse ficar satisfeito pelo facto de o anteprojeto ser objeto de deliberação por parte da Câmara Municipal, sendo que os Munícipes do Concelho e em particular da Palhaça gostarão certamente de ver obras como esta, as quais vão de encontro às suas necessidades.

Questionou se o programa fornecido pela ARS se limita a definir áreas e funções, ou se tem outro tipo de exigências.....

Disse esperar que o Técnicos que se encontram a elaborar o Projeto, se inteirem dos problemas que existiram e existem no Centro de Saúde de Oliveira do Bairro e que os previnam.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que esta obra é uma ansiedade do Concelho e em particular da Freguesia da Palhaça, que tem tido a capacidade de pensar a vinte ou a trinta anos e esta Unidade de Saúde vem nesse seguimento.

Questionou se a ARS tem vindo a acompanhar todo o processo desde a construção do Centro de Saúde de Oliveira do Bairro e de que modo a descentralização de competências na área da saúde poderá influenciar o sucesso da Candidatura.....

O **Vereador António Mota**, referiu que efetivamente os Técnicos devem aprender com os erros cometidos no Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, para que a funcionalidade dos equipamentos seja aquela que os utentes e os profissionais exigem.....

Deu os parabéns pelo avanço do processo, tendo questionado o ponto de situação da Candidatura, se o financiamento se encontra assegurado em termos de comparticipação.....

Referiu que a estimativa total da obra elaborada pelo Projetista, nomeadamente no que aos arranjos exteriores diz respeito, difere dos valores apresentados na Informação Técnica, pelo que, considera haver algo que não está correto.....

A Técnica **Patrícia Cunha**, informou que a diferença dos valores apresentados tem por base uma interpretação errada da Portaria que define os valores de construção por metro quadrado, mas esses aspetos têm vindo a ser ajustados.....

Mais informou que as áreas internas do edifício são definidas e estipuladas pela ARS, sendo que,



Oliveira do Bairro câmara municipal

inclusivamente, a matriz do Projeto é da ARS, mas ajustando alguns pormenores, nomeadamente os aspetos que não correram bem em Oliveira do Bairro, mas tendo tido sempre o acompanhamento do Arquiteto da ARS.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que a questão da descentralização de competências não influencia minimamente o apoio à construção dos equipamentos, uma vez que o Pacto de Autarcas, no âmbito da CIRA, prevê cerca de 400.000,00 € (quatrocentos mil euros) para a área da saúde e 100.000,00 € (cem mil euros) destinados à Escola Dr. Fernando Peixinho e com a Candidatura pretende-se aproveitar esse mesmo valor.

Mais informou que o facto de os Municípios não terem aceite a transferência de competências na área da saúde, não significou qualquer tipo de constrangimentos para com aqueles que já avançaram com projetos nesta área.....

Lamentou que o Município de Oliveira do Bairro tenha de investir nas duas Unidades de Saúde mais de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) e tenha uma comparticipação tão reduzida, uma vez que competiria à Tutela fazer este tipo de investimentos, tanto mais que, a descentralização não prevê a construção de equipamentos, mas tão somente uma transferência de serviços.

O **Vereador António Mota**, disse esperar que esta aposta não venha na senda das promessas do Partido Socialista e não seja efetivamente levado a efeito.....

Referiu que, sendo este o anteprojecto que servirá de base à Candidatura, o mesmo terá de ser apresentado corretamente, não podendo nunca apresentar na Candidatura o valor de 670.000,00€ (seiscentos e setenta mil euros) de edifício e de 216.000,00 € (duzentos e dezasseis mil euros) de arranjos exteriores, sendo que a Informação Técnica apresenta para os arranjos exteriores, um valor de 67.000,00 € (sessenta e sete mil euros). Caso os valores não sejam iguais, entende que se irá correr o risco de a Candidatura ser rejeitada, tendo questionado de quem será a responsabilidade se tal vier a suceder. Na sua opinião os valores apresentados terão de ser corretamente calculados antes de ser aprovado e apresentado para a Candidatura.

O **Presidente da Câmara**, informou que será o teor da Informação que irá ser submetido a votação e certamente será submetida a Candidatura com os valores corretos.....

O **Vereador Rui Santos**, disse esperar que, com as imposições da ARS tudo corra pelo melhor, designadamente a funcionalidade do interior do edifício e seja solucionado o que não foi corretamente efetuado em Oliveira do Bairro.....

O **Presidente da Câmara**, informou que no início do ano, teve uma reunião com a Ministra da Saúde a fim de debater estes assuntos, uma vez que a Autarquia pretendia avançar com ambas as Extensões de Saúde, tendo nessa mesma reunião estado presentes a Chefe de Divisão de Obras Municipais, a Diretora Regional e um Arquiteto da ARS, o qual mencionou haver regras que tinham de ser cumpridas, contudo, do que depender da Câmara Municipal, as correções em relação ao que



Oliveira do Bairro câmara municipal

correu mal no Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, serão colmatadas, nomeadamente as questões relacionadas com o aquecimento e com o ar condicionado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o anteprojeto do “Centro de Saúde – Extensão da Palhaça” nos exatos termos exarados na Informação Técnica 24.2019|DOM, datada de 23 de setembro de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, com as correções introduzidas em Reunião de Câmara.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS – LIQUIDAÇÃO DA EMPREITADA-AFERIÇÃO DA CONTA FINAL DA EMPREITADA “PAVIMENTAÇÃO DOS ARRUAMENTOS DO CONCELHO”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota e Rui Santos.

O **Presidente da Câmara**, informou que a pavimentação foi levada a efeito em abril e maio.

Informou ainda, ter já sido assinado o Contrato da empreitada relativa à marcação rodoviária.

O **Vereador António Mota**, relativamente aos Trabalhos Complementares de 865m² de fresagem e alcatroamento, questionou se os Trabalhos foram apenas executados na EM 333-1, ou se foram fruto igualmente de Trabalhos efetuados em outros arruamentos. Caso tal não tenha sucedido, entende ter havido, concerteza, um erro de medição relativamente ao número de metros considerados.

O **Vereador Rui Santos**, questionou se estava programado algum tipo de intervenção na Rua da Pedreira.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu haver um conjunto de vias no Concelho que necessitam de intervenção, a qual se encontra em fase de planeamento, prevendo-se que efetivamente haja uma intervenção na Rua da Pedreira.

No que respeita à questão formulada pelo Vereador António Mota, referiu que a intervenção foi apenas efetuada no referido arruamento, sendo que, num ou noutro local houve necessidade de proceder a um reforço de forma a solucionar algumas patologias existentes e que inicialmente não se encontravam previstas, mas que se entendeu solucionar.

O **Vereador António Mota**, disse lamentar que o Presidente da Câmara não tivesse respondido diretamente à sua questão, pelo que será obrigado a proceder a uma análise do respetivo dossier. ..

O **Presidente da Câmara**, disse que quando o Vereador António Mota entender, poderá consultar o processo e bem assim, ser esclarecido por parte da Técnica responsável, de modo a que não subsistam falsas questões ou dúvidas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, aprovar a Conta Final da Empreitada “Pavimentação dos Arruamentos do Concelho”, nos seguintes valores:
Empresa Adjudicatária: Prioridade – Construção de Vias de Comunicação, S.A.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Valor de Adjudicação: 151.341,20 € + IVA
Trabalhos Complementares: 14.342,05 € + IVA
Custo Final da Obra: 165.683,25 € + IVA

PONTO 7 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO, NO DIA 5 DE OUTUBRO DE 2019, POR PARTE DO CONSERVATÓRIO DE ARTES E COMUNICAÇÃO-FUOB, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DE SESSÃO DE LANÇAMENTO DO LIVRO COMEMORATIVO DOS 150 DA SUA HISTÓRIA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita ao Conservatório de Artes e Comunicação-FUOB, do Salão Nobre dos Paços do Concelho, no dia 5 de outubro de 2019, para efeitos de realização de Sessão de Lançamento do Livro Comemorativo dos 150 Anos daquela Associação.

PONTO 8 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DA FREGUESIA DE OIÃ, NO DIA 1 DE DEZEMBRO DE 2019, POR PARTE DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE OIÃ, PARA EFEITOS DE REALIZAÇÃO DA “FESTA DA ESPERANÇA”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Oiã, do Auditório da Freguesia de Oiã, no dia 1 de dezembro de 2019, para efeitos de realização da “Festa da Esperança”.

PONTO 9 – REQUERIMENTO APRESENTADO PELA UNIÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DO SILVEIRO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE GRADES DE PROTEÇÃO E DIVERSA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DA “FESTA DO SILVEIRO”, DE 11 A 16 DE SETEMBRO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, em que autorizou a cedência à Associação União Desportiva, Cultural e Recreativa do Silveiro, de grades de proteção e sinalização de trânsito, de 11 a 16 de setembro, para apoio à realização da “Festa do Silveiro”.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 25 de setembro do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 2.427.094 Euros e 23 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 725.635 Euros e 74 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 3.152.729 Euros e 97 Cêntimos



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção.
.....

.....
Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezasseis horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Técnico Superior, em regime de mobilidade intercarreiras, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota



Oliveira do Bairro câmara municipal

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Rui Jorge Marques Santos